

Comunicação de risco: Estratégias de mobilização e participação social no projeto Periferia Sem Risco Colombo-PR¹

Pedro Vilhena BARTOLOME²

Kelly Cristina de Souza PRUDENCIO³

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

Este estudo analisa as estratégias de comunicação do projeto Colombo Sem Risco, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco do município. O objetivo é evidenciar os processos de mobilização e participação social frente às políticas públicas de enfrentamento das desigualdades e redução das vulnerabilidades relativas a riscos. A metodologia de análise documental foi escolhida para o desenho da pesquisa, baseada em documentos institucionais e conceitos em torno de comunicação de risco e comunicação pública. Por se tratar de um projeto em fase de desenvolvimento, encontram-se resultados parciais que enfatizam a relação da comunicação na promoção da participação da comunidade nos espaços públicos.

Palavras-Chave: Comunicação de risco; desastre; mobilização; participação.

Entendendo os riscos

Autores como Ulrich Beck e Anthony Giddens já indicavam na década de 1990 o surgimento de uma nova fase da modernidade, caracterizada pela “sociedade de risco”, na qual o foco não está apenas na distribuição de bens, mas também na distribuição dos riscos, especialmente os ecológicos (Beck, 1986). A

¹ Trabalho apresentado na Sessão Temática Comunicação pública e Comunicação de risco atividade integrante do XIX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação de Comunicação da Universidade Federal do Paraná Pesquisador do COMPA - grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política. E-mail: pedrovilhena@ufpr.br.

³ Doutora em Sociologia Política. Coordenadora COMPA - grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. E-mail: kellyprudencio@ufpr.br.

consciência dos impactos climáticos e de desastres ambientais ressalta o potencial político de catástrofes iminentes, contribuindo com que os instrumentos de definição dos riscos tornem-se posições-chaves para uma oportunidade de transformação social. Para pesquisadores do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP), a partir da percepção do perigo do risco, é possível adotar ações para reduzir, controlar ou eliminar uma ameaça, tratando-se de uma gestão de riscos (Sulaiman e Jacobi, 2018). Nesse sentido, há alguns anos o Brasil procura investimentos em soluções para problemas estruturais e ambientais frequentes em seu território. A exemplo do Ministério das Cidades, que enfatizou o planejamento de ações de prevenção a desastres de forma a tornar efetiva a implantação de instrumentos de gestão municipal e que conta com uma secretaria para fortalecer as comunidades urbanas das periferias do Brasil, a Secretaria Nacional de Periferias (SNP). Como uma de suas competências, desenvolve-se a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de riscos e desastres associados a extremos climáticos, nas periferias urbanas. Uma dessas ações consiste na elaboração de planos locais de redução de risco, tendo a participação social como norteadora da resiliência comunitária (Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023). Desse modo, a SNP lançou, entre outras iniciativas, a cartilha do Periferia Viva, que busca promover a estruturação e integração de uma matriz ampla de políticas públicas articuladas em torno dos eixos: Infraestrutura Urbana; Equipamentos Sociais; Inovação, Tecnologia e Oportunidades; e Fortalecimento Social e Comunitário (Guia do Plano de Ação PERIFERIA VIVA, 2024). Essas e outras frentes visam orientar o desenvolvimento de planos de ação para o enfrentamento de riscos existentes no território municipal e sobre as áreas prioritárias que deverão ser objeto de investimentos com intervenções estruturais e não estruturais para redução dos riscos identificados. Uma das instituições responsáveis pela elaboração desses planos é o Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais (Lageamb) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que está na frente do estudo e construção dos Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR) no Paraná, com os municípios de Colombo e Paranaguá escolhidos para este momento. Os Planos estabelecem aos municípios a responsabilidade no estudo de

áreas de risco, de forma a mapear os pontos mais críticos e apontar quais problemas podem acontecer em cada local (Lei Federal 12.608/2012). Como etapa na busca por uma solução desses cenários, o desenvolvimento de gestão de crise ganha uma dimensão mais técnica, voltada para a governabilidade organizacional, que incorpora questões da comunicação (Rinaldi e Barreiros, 2007), responsável, primordialmente, pela definição de estratégias no processo de democratização da informação e da mobilização em torno de pautas sociais.

Participação social como comunicação pública

Enquanto apto a direcionar o conhecimento sobre métodos e técnicas comunicacionais, em destaque aquelas fundamentais na mediação da opinião pública e do fortalecimento das relações entre entidades e comunidades, o trabalho da comunicação se vê no compromisso de estimular a participação social e direcionar forças para a deliberação e solução de entraves na esfera pública. Nesse sentido, este trabalho pretende avaliar as estratégias de comunicação adotadas pelo programa Periferia Sem Risco de Colombo (PR), para o enfrentamento das desigualdades e redução das vulnerabilidades relativas a riscos nas periferias. Assim, o objeto da pesquisa refere-se ao conjunto de estratégias de comunicação adotadas no processo de mobilização social e participação social do Periferia Sem Risco, de Colombo. Em vista disso, foi analisado seu terceiro eixo estratégico (Comunicação e Participação Social), que envolve produtos como cartilhas, posts em redes sociais, publicações técnicas para informação pública e apoio técnico; parceria com universidades e governos municipais; e visitas sociotécnicas a comunidades periféricas. Para isso, objetiva-se um recorte mais preciso das aplicações dessas estratégias, para além das ações de comunicação a nível nacional, focando no planejamento parcial dos produtos de comunicação desenvolvidos para o município de Colombo. Nesse sentido, é possível aproximar a construção do Plano Municipal de Redução de Riscos como parte de uma política de comunicação pública, entendida como uma comunicação instaurada em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, onde se molda um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país

(Matos, 1999), responsável por promover a prática da cidadania. A partir da base conceitual sobre comunicação de risco, mobilização social e deliberação pública relacionadas com as dinâmicas de estratégias desenvolvidas no projeto, foram analisados documentos técnicos e relatos dos profissionais envolvidos na elaboração das estratégias do PMRR de Colombo, baseando-se primordialmente no “Relatório 01 - Plano de Trabalho” e “Relatório 02 - Mapeamento de Risco”. A partir deste estudo, percebe-se a construção de alternativas ao enfrentamento do risco de desastres nas comunidades periféricas do território urbano, e que caminham gradativamente por princípios de inclusão e participação da sociedade na gestão de políticas públicas. O planejamento técnico desenvolvido para a elaboração do PMRR, assim como o próprio plano em si, abrem caminhos para novas metodologias de sistemas adaptativos que lidam com a complexidade de riscos. Além disso, ocorre a aplicação dos princípios fundamentais do Marco de Sendai (UNISDR, 2015), que visam promover o engajamento e cooperação de toda a sociedade na concepção e implementação de políticas, planos e normas para a redução de riscos de desastres. Sobretudo, num cenário de emergências climáticas, as comunidades afetadas se tornam protagonistas na gestão de risco, como um ponto crucial para a elaboração de soluções participativas, ao integrar os saberes locais com o conhecimento científico para a resolução de medidas governamentais. Frente a condições de crescimento econômico com exclusão social e desigualdade de classe, gênero e raça, não há como planos que mobilizem soluções de forma isolada ao assunto serem efetivos neste cenário. Segundo um levantamento avaliado pelo MapBiomass, os anos de maior crescimento do número de desastres, de 1999 a 2003, coincidem com picos de desigualdade de renda. Esse panorama mostra a necessidade de integração de vários setores públicos com a população - papel por excelência da comunicação pública - visando a reformulação de políticas que combatam a raiz dos problemas em questão e aproxime a distância existente entre atores do governo com a periferia, de forma a promover uma maior pressão social para redução das desigualdades. Logo, por mais que o projeto Colombo Sem Risco estabeleça uma mudança na elaboração de políticas públicas de combate a risco e desastres, com o aumento do número de profissionais das áreas de ciências

humanas, com o avanço de medidas participativas da comunidade atingida e com o fortalecimento de capacidades locais de infraestrutura, planejamento, informação e participação social, não há como provocar uma mudança definitiva nas causas produtoras dessas mazelas preliminares. Assim, por se tratar de cenários tão recentes e com uma complexidade muito abrangente, ainda é preciso um acompanhamento a longo prazo para medir seus impactos e efeitos na sociedade.

Referências

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade. 1986.

BRASIL. Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL DE FATO. Municípios brasileiros crescem mais em áreas de risco. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/08/municipios-brasileiros-crescem-mais-em-areas-de-risco>.

GOVERNO FEDERAL. Guia do Plano de Ação PERIFERIA VIVA. Ministério das Cidades. 1ª Edição: 2024.

MATOS, Heloíza. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo. Revista Líbero. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, v. 2, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO. Relatório 1- Plano de Trabalho. 2024.

Disponível em:

https://prefeitura.colombo.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Relatorio1_PMRR_PlanoTrabalho_Colombo_jul2024.pdf

PERIFERIA SEM RISCO. Guia para planos municipais de elaboração de riscos. Ministério das Cidades. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/GuiaParaplanosmunicipaisdereduoderiscosVFINAL.pdf>.

RINALDI, Alexandra; BARREIROS, Dorival. A importância da Comunicação de Riscos para as organizações. Revista ORGANICOM: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, São Paulo, n. 6, v.4, 1º semestre, 2007.

VICTOR, Cilene. In: SULAIMAN, Samia; JACOBI, Pedro (org.). Melhor prevenir: olhares e saberes para a redução de risco de desastres. 2018.

VILHENA, P. Comunicação de risco: Estratégias de mobilização e participação social no projeto Periferia Sem Risco Colombo. Monografia (Bacharelado em relações públicas) - Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2024.